

**HABEAS CORPUS Nº 549.165 - SP (2019/0359533-0)**

**RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI**  
**IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**EDUARDO CIACCIA RODRIGUES CALDAS - SP349334**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PACIENTE : REGINALDO CELESTINO DA SILVA (PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de REGINALDO CELESTINO DA SILVA contra acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO - Agravo Regimental no HC n. 2208719-89.2019.8.26.0000/50000.

Nesta via, sustenta o impetrante que a existência de recurso próprio não obsta a impetração do *writ* quando evidente o constrangimento ilegal ou flagrante ilegalidade.

Assevera a ilegalidade da negativa de deferimento de livramento condicional ao paciente por ausência do requisito objetivo, aduzindo que a unificação de penas e a prisão referente à Execução n. 03 não podem ensejar a interrupção o lapso temporal para a obtenção dessa benesse, a teor do enunciado da Súmula n. 441/STJ.

Requer, liminarmente, que o paciente seja colocado em liberdade até o julgamento final deste *writ*. No mérito, a concessão da ordem constitucional para que seja determinada a elaboração de novo cálculo sem a interrupção do lapso temporal pela falta grave ou pela unificação de penas para fins de obtenção do livramento condicional.

É o relatório.

A princípio, o pedido deduzido na inicial não comporta conhecimento na via eleita, já que formulado em flagrante desrespeito ao sistema recursal vigente no âmbito do Direito Processual Penal pátrio.

Contudo, no momento processual devido, o constrangimento apontado na inicial será analisado a fim de que se verifique a possibilidade de atuação de ofício por este Superior Tribunal de Justiça caso se constate a existência de flagrante ilegalidade, o que, ao menos em um juízo perfunctório, não se verifica.

Isso porque da leitura do acórdão impugnado, verifica-se que a almejada concessão do benefício do livramento condicional ao paciente não foi alvo de deliberação pela autoridade impetrada no aresto impugnado, o que revela que a análise do tema diretamente por este Sodalício se daria em indevida supressão de instância.

Ademais, não obstante os relevantes argumentos expostos na insurgência, é inviável acolher-se a requerida tutela de urgência deduzida na inicial, porquanto a fundamentação que dá suporte à postulação liminar é idêntica à que dá amparo ao pleito final, isto é, confunde-se com o mérito do *writ*, o qual exige exame mais detalhado das razões declinadas e da documentação que o acompanha, análise que se dará devida e oportunamente quando do seu julgamento definitivo.

Nesse sentido:

# Superior Tribunal de Justiça

**AGRAVO INTERNO NO HABEAS CORPUS. DECISÃO QUE INDEFERE A LIMINAR. RECURSO INCABÍVEL. AUSÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE. AGRAVO NÃO CONHECIDO.**

*1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é pacífica no sentido de não ser cabível a interposição de agravo regimental contra decisão de relator que motivadamente defere ou indefere liminar em habeas corpus.*

*2. Não se verifica na decisão agravada manifesta ilegalidade a justificar o deferimento da tutela de urgência, tendo em vista que a análise do alegado constrangimento ilegal confunde-se com o próprio mérito da impetração e implica análise pormenorizada dos autos, devendo ser reservada à apreciação perante o colegiado, após manifestação do Ministério Público Federal.*

*3. Agravo interno não conhecido.*

(AgRg no HC 393.765/PE, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 18/04/2017, DJe 25/04/2017)

Ante o exposto, **indefere-se a liminar.**

Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora e ao Juízo singular.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intime-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI

Relator